

Ponto de Vista

As Olimpíadas de Sydney, o Desempenho do Brasil e Algumas Implicações Pedagógicas

Suraya Cristina Darido
Universidade Estadual Paulista

O jornal a Folha de São Paulo de 3 de outubro de 2000 apresentou na capa do caderno de esportes uma instigante questão sobre a participação do Brasil nas Olimpíadas de Sydney, qual seja: “39º lugar no índice de pobreza humana, 41º lugar no ranking mundial de corrupção, 74º lugar no índice de desenvolvimento humano, 76º lugar em taxa de analfabetismo, 108º lugar em taxa de mortalidade infantil, 125º lugar em eficácia no sistema de saúde e 52º lugar no quadro de medalhas de Sydney—dá para reclamar?” Ainda adicionaria: é para reclamar ou comemorar?

Para responder minimamente sobre esta difícil questão me propus a refletir, sob forma de ponto de vista, sobre as últimas Olimpíadas e, em especial, sobre suas características mais marcantes: o desempenho do Brasil e os seus desdobramentos. Estas análises foram elaboradas, sobretudo, a partir do material publicado no jornal Folha de São Paulo, no período que precedeu os jogos, durante e logo após a Olimpíada de Sydney, o que correspondeu aos artigos publicados entre os meses de setembro e outubro de 2000 (Assumpção, 2000a; Assumpção, 2000b; Assumpção, 2000c; Bertolotto, 2000.; Callegaris, 2000; Cobos, 2000a; Cobos, 2000b; Couto, 2000; Dias, 2000; Freire, 2000; Souza & Bueno, 2000; Folha de São Paulo, 10 de outubro, 2000; Folha de São Paulo, 3 de outubro de 2000; Folha de São Paulo, 2 de outubro de 2000; Folha de São Paulo, 2 de outubro de 2000).

A Olimpíada politicamente correta

É corrente nos estudos de sociologia do esporte lembrar que o esporte ao longo de sua história esteve marcado por conflitos ideológicos. Hitler, por exemplo, tentou mostrar a superioridade dos arianos nas Olimpíadas de Berlim em 1936, e ficou decepcionado com o desempenho dos negros americanos. A partir da década de 60 as Olimpíadas foram marcadas pela disputa da hegemonia entre EUA e a URSS, que significava o embate entre o capitalismo e comunismo, e no qual derivaram os históricos boicotes às Olimpíadas de 1980 em Moscou pelos EUA e da União Soviética nas Olimpíadas de 1984 realizadas nos EUA.

Em Sydney, ao contrário, houve a participação de mais de 200 países e foi caracterizada pela discussão ambiental, a ética no esporte, a busca da valorização das minorias, além do início de um trabalho um pouco mais cuidadoso no sentido de detectar o uso de anabolizantes no esporte (Dias,

2000).

No boletim verde o Greenpeace rebaixou a nota dos organizadores da Olimpíada de Sydney de 7 para 6, mas admitiram que ocorreram avanços na sua organização, mas também falhas memoráveis. Uma das principais reclamações do Greenpeace diz respeito à baía de Homebush, onde está o Parque Olímpico, coração dos jogos. De acordo com esta organização não governamental, a limpeza da área, que estava contaminada por substâncias tóxicas, não foi completa. Fizeram o trabalho apenas nos locais da olimpíada. Mas, para os que vivem na região, o perigo continua existindo, afirmou a entidade (Bertolotto, 2000).

A instituição também reclamou da arena construída para o vôlei de praia em Bondi Beach. Afirmam que não houve o planejamento necessário. Contudo, o Greenpeace sugeriu uma série de medidas que foram adotadas nos jogos, e que acabaram por se constituir em um dos trunfos para a escolha de Sydney para esta Olimpíada. Entre elas: reciclagem de lixo olímpico; não desperdício de água; utilização de energia solar para os estádios; uso de trem, transporte pouco poluente; não utilização de refrigeração que emitisse CFC ou HFC (gases que danificam a camada de ozônio), e construção da Vila Olímpica sem uso de PVC.

Foi também nesta Olimpíada que, pela primeira vez na história, foram hasteadas bandeiras de minorias originais de diversas regiões do mundo, incluindo a de populações aborígenes australianas. Aliás, após todas as injustiças cometidas na Austrália e os protestos dos aborígenes durante o evento, os atletas descendentes destes povos foram promovidos a heróis olímpicos. E o principal nome deste resgate foi o de Cathy Freeman, vencedora dos 400 metros rasos (Assumpção, 2000a).

Outro exemplo da dimensão da aproximação política ocorreu entre as duas Coreias que entraram juntas na festa de abertura dos jogos. A fusão das torcidas também pôde ser observada em Sydney. De forma bastante otimista o delegado sul-americano do Comitê Olímpico Internacional (COI) afirmou que: “Esta reunião no esporte deve contribuir para o processo de unificação dos dois países” (Assumpção, 2000c). Callegaris (2000), por outro lado, ressalta que se as Coreias estiverem juntas em 2004, não será por terem desfilado juntas em Sydney. O desfile terá sido a ocasião de expressar este anseio. Só isto. E já é o bastante.

Para os próximos jogos, Atenas 2004, os organizadores estão planejando passar a tocha olímpica por áreas de con-

flito e instabilidade política. Na verdade, pode-se observar uma tentativa de melhorar a imagem do movimento olímpico que esteve muito envolvida em casos de suborno e mau comportamento (Assumpção, 2000b).

O principal dirigente do COI, Juan Antonio Samaranch, assim se posicionou sobre o papel político do esporte “...o esporte pode fazer pela humanidade coisas que os políticos e governantes, mesmo os que têm boa vontade, muitas vezes não conseguem”. Opinião contrária emitiu o chefe da delegação de Cuba, após a vitória dos EUA no beisebol utilizando atletas profissionais: “As aspirações de paz entre os povos por intermédio do esporte deram lugar às aspirações puramente materiais” (Assumpção, 2000a).

Neste sentido, a consideração de Anita de Frantz, vice presidente do COI, são bastante esclarecedoras. A ex-atleta afirmou que: “... o esporte está mudando e deixando a política de lado, isto não quer dizer que esteja tudo maravilhoso. Se as rivalidades entre os países para ver quem podia mais—o mundo capitalista ou o comunista—caíram com a globalização, vieram a disputa entre marcas e os fornecedores de material esportivo. O dinheiro deles é importante para o esporte, mas tudo gira em torno da vitória. Quanto mais dinheiro é colocado, mais necessidade de vencer, mais *doping*, mais problemas... Houve, na verdade, uma mudança de foco. Neste sentido, do paralelo entre EUA e URSS a Olimpíada caminha para algo como Nike versus Adidas” (Assumpção, 2000a).

O uso de anabolizantes também esteve na pauta da última Olimpíada. Anabolizantes são produtos químicos do grupo dos esteróides que podem auxiliar no rendimento do atleta. Durante a Olimpíada foi publicado um artigo que levantou bastante polêmica. Nele, a afirmativa de que 90% dos atletas que participaram da olimpíada de 1996 admitiram terem utilizado anabolizantes. Para os brasileiros causou espanto a declaração de um dos seus técnicos que afirmou que, para um atleta chegar na frente em provas de natação, suas chances dependem do auxílio de anabolizantes (Folha de São Paulo, 2 de outubro de 2000).

Nesta Olimpíada os dirigentes foram menos tolerantes ao uso do *doping*, embora uma parcela reduzida de atletas tenham sido submetida aos exames, e poucos casos tenham sido detectados. Além disso, há casos de medicamentos que não são revelados pelos testes freqüentemente realizados pelo COI. O que ocorreu de mais concreto nesta Olimpíada esteve relacionado às suspeitas de que os norte americanos estivessem encobrindo o nome de atletas que tiveram resultados positivos para o *antidoping* nos últimos 18 meses. O estopim para a crise foi o caso do atleta Cottrel Hunter, que estaria sendo protegido pela federação de seu país. Hunter, informado pelos laboratórios credenciados pelo Federação Internacional de Atletismo (IAAF), não foi suspenso e nem submetido ao processo de julgamento de praxe. Em vez disso, teria sido realizado um acordo indolor, o que explicaria a misteriosa lesão alegada pelo atleta para desistir dos jogos. O COI acredita que a federação americana pode ter adotado procedimento idêntico para outros atletas (Cobos, 2000).

Houve uma tentativa dos organizadores de passar para a história o reconhecimento de Sydney como a Olimpíada po-

liticamente correta, quando procurou: atender parte das exigências das organizações ambientais; resgatar o valor das minorias étnicas (exemplo dos aborígenes); ser mais rigorosa no controle do uso de anabolizantes e apoiar a união das Coreias permitindo o desfile conjunto. Na verdade, são muitos e variados os interesses que estão por trás de tais atitudes. Os principais são: limpar a imagem dos membros do COI, bastante desgastada após seguidas denúncias de corrupção sobre seus membros; aumentar a audiência das TVs; incrementar o consumo e a venda dos produtos; enfim, reforçar as características inerentes do esporte de rendimento.

Além destas características entendo que houve uma tentativa dos organizadores de evidenciar a estética das práticas corporais, buscando “espetacularizar” as modalidades olímpicas, e até, as não-olímpicas. Os exemplos mais evidentes ocorreram na abertura do evento, em que houve, inclusive, a distribuição de materiais (pulseiras brilhantes) para que os expectadores pudessem compor o “show” de luzes da festa; a inclusão da prova dos saltos ornamentais sincronizados e, sobretudo, o espetáculo preparado após a disputa da ginástica olímpica nos jogos, com apresentação de todos os atletas vencedores ao mesmo tempo, com iluminação e som diferenciados, apresentação de grupos de ginástica acrobática, aeróbica, e outros.

Desempenho do Brasil

O que mais se ouviu nesta Olimpíada foi que o Brasil ganhou poucas medalhas e que teve uma performance pífia ou desastrosa. O desempenho foi, de fato, inferior ao de Atlanta, em 1996. De 15 medalhas, incluindo três de ouro, passou para 12 sem nenhuma de ouro. Medalhas tidas como certas, no futebol masculino, tênis com Gustavo Kurten não vieram e, ainda, os favoritos vôlei de praia conquistaram duas medalhas de prata e uma de bronze e não as esperadas medalhas de ouro.

Porém, utilizando outros critérios que não o número de medalhas de ouro, os resultados da equipe brasileira permitem uma análise mais otimista. No critério ecletismo, por exemplo, o número de esportes que conquistaram medalhas, o Brasil subiria para 17º no *ranking*, pois obteve medalhas em 8 esportes diferentes. Se fosse realizada uma classificação ponderada, ou seja, as medalhas de ouro tivessem peso quatro, as de prata peso dois e as de bronze peso um, a classificação do país subiria para o 26º posto. Ou ainda, utilizando como critério o total de medalhas, o país ficaria na 21ª posição, muito diferente do 52º lugar obtido (Folha de São Paulo, 2 de outubro de 2000).

Uma outra característica sobre o desempenho do Brasil esteve ligada a sua alta produtividade. Para cada 9 provas disputadas, o Brasil conquistou uma medalha e, dos 205 integrantes da equipe brasileira, 47 voltaram com medalhas, perfazendo um total de 23% de medalhas, número bastante próximo da Austrália—4º lugar nos jogos, que obteve uma porcentagem de 25% de atletas com medalha. Este fato ocorreu, sobretudo, porque o país tem desempenho superior em

esportes coletivos. Assim, das 12 medalhas apenas três foram conquistadas individualmente.

Além disso, o Brasil forma as suas equipes nos esportes mais tradicionais e ignora modalidades que distribuem mais medalhas e tem menor competitividade. A China, por exemplo, que ficou em 3º lugar no ranking geral dos jogos, das 17 medalhas de ouro apenas 4 foram conquistadas nos esportes nobres dos jogos, como atletismo e ginástica, enquanto a maior parte foi conquistada em esportes menos tradicionais, entre eles: levantamento de peso com cinco medalhas, *badminton* com quatro e mais quatro no tênis de mesa.

Uma outra questão discutida amplamente foi a possível razão pela qual o país não conquistou as esperadas medalhas de ouro. Entendo que as razões sejam bastante variadas, percorrendo um amplo espectro de motivos e não apenas a falta de preparação psicológica como a imprensa tentou relacionar. Uma leitura superficial dos resultados das modalidades em que o Brasil era favorito ao primeiro lugar, permite especular que no vôlei de quadra, por exemplo, a equipe feminina perdeu para Cuba a possibilidade de disputar o ouro mais por razões técnicas, devido ao diferencial do potencial de ataque da equipe de Cuba, bastante superior a do Brasil.

No caso do futebol masculino a questão moral envolvendo comissão técnica, em especial o técnico Wanderley Luxemburgo, com uma série de denúncias, falsificação de idade, sonegação de imposto, e ganhos com vendas de jogadores, podem ter se constituído em razões, pelo menos iniciais, de um desempenho aquém do esperado. No iatismo, o emprego de táticas não apropriadas ao momento parece ter sido determinante para os experientes brasileiros. Entretanto, no vôlei de praia, tanto no feminino como no masculino, a perda do primeiro lugar pode ter sido motivada por razões de má preparação no aspecto psicológico. No hipismo, outra modalidade com expectativas de um primeiro lugar, o cavalo recusou-se a saltar. Qual terá sido a razão? Este é um assunto ainda sob especulação. E, finalmente no tênis, o fato de Gustavo Kurten perder para um tenista experiente e bem classificado no ranking, como ocorreu nas semifinais dos jogos não é fato inusitado ou incomum.

Assim, utilizando diferentes critérios, considerando a produtividade da equipe brasileira, analisando as “derrotas” dos favoritos brasileiros e os índices sociais brasileiros, o desempenho do Brasil esteve dentro das possibilidades concretas, ao contrário da imagem que parte da mídia procurou vincular: a de um total fracasso. Há que se ressaltar que a delegação brasileira, dependendo da modalidade, recebeu tratamento e financiamento diferenciado, o que não permitiria uma análise global. Os exemplos mais marcantes foram da mineira e lavadeira, que participou das provas do levantamento de peso e o alto valor do cavalo do atleta Rodrigo Pessoa, estimado em mais de 6 milhões de reais.

Brasil deve ser potência olímpica? Por quê?

Uma outra questão a ser considerada e que apareceu nas

discussões durante e após a realização dos jogos, diz respeito ao “para quê” ganhar mais medalhas e tornar-se uma potência olímpica. Qual a importância e a necessidade de tal fato para o Brasil? Neste sentido, Freire (2000) questionou a preocupação do brasileiro em relação a posição média do país, 30º lugar nos jogos mais recentes, e a 52º posição na Olimpíada de Sydney.

O autor afirma que o Brasil “vegeta” ali pelo 70º no índice de desenvolvimento humano da ONU, em que renda, expectativa de vida e instrução valem mais pontos. O autor continua ressaltando que com o dinheiro e a saúde que tem, o país parece até ganhar medalhas demais, embora a questão não seja só dinheiro e saúde, também entram em jogo promoção, orgulho nacional e propaganda.

Em outra linha de argumentação o editorial da Folha de São Paulo (2 de outubro de 2000), lembrou que, a partir dos anos 60, a Guerra Fria deu o tom aos jogos e encerrava-se nas quadras, nos ginásios, nos estádios, o embate simbólico entre forças do socialismo e as do capitalismo. Sendo que, atualmente, os Jogos Olímpicos transformaram-se em uma alegoria bem acabada destes tempos de globalização.

Quanto à participação do país, entendo a necessidade de responder a uma importante questão: “Qual deve ser o objetivo de uma política de massificação das práticas esportivas no Brasil? “ Ganhar medalhas ou vencer no esporte pode fazer muito bem à auto-estima do país. Mas o esporte deve estar incluído, acima de tudo, em uma política que vise a aumentar os padrões de bem-estar da população. Isso é o que realmente importa” (Editorial da Folha de São Paulo, 2 de outubro de 2000).

Neste sentido, é necessário diferenciar os aspectos relacionados à massificação e à elitização do esporte. A massificação teria como objetivos oportunizar a formação do cidadão crítico e da melhoria da qualidade de vida a partir das experiências advindas das práticas corporais ligadas ao esporte, ginástica, dança e lutas. Esta, sim, uma necessidade para o país.

Na verdade, deve haver um plano consistente de políticas públicas voltadas para a iniciação ao esporte. Mas, o que se sabe é que as instâncias, tanto da união, como dos estados e municípios, responsáveis em refletir, organizar e implementar os programas de esportes, têm se rendido a um papel secundário, quase decorativo. Além disso, não está bem definido qual o papel de cada uma das instâncias nas políticas públicas do esporte.

No caso específico para a formação de atletas olímpicos entendo que seria necessário uma aproximação com a iniciativa privada. Segundo dados da Folha de São Paulo (Souza & Bueno, 2000), a empresa de Correios e Telégrafos—patrocinadora da natação desde 1989—ganha, com retorno da mídia, 33 reais para cada 1 real investido. A empresa informou que o projeto iniciado com 6000 atletas federados já passou para 66 mil atletas. Desde 1993, a Caixa Econômica Federal patrocina o basquetebol, investindo 2 milhões no ano olímpico. Ela tem um retorno de 9 milhões.

A questão que deve ser realizada por ora é a seguinte: se é tão vantajoso o patrocínio à equipes esportivas de ponta por que ele ocorre de maneira tão superficial e incipiente?

Provavelmente porque a iniciativa privada reconhece a necessidade da moralização dos dirigentes e técnicos esportivos brasileiros e a falta de projetos bem estruturados. O exemplo da preparação brasileira ilustra bem esta questão, no sentido da inversão de valores quanto ao apoio público e privado. Senão vejamos: do total de investimento realizados para a preparação olímpica de 2000, 10,5 milhões vieram do governo federal, 7 milhões da loteria *poupa ganha*, 5,4 milhões de patrocinadores e 600 mil dólares do comitê organizador dos jogos (Socog). É preciso deixar claro, que o Indesp, financia o esporte de alto nível brasileiro, sobretudo em anos de pan-americanos e olímpicos (Souza & Bueno, 2000).

Duas propostas insistem em aparecer após a realização de competições importantes; atribuir à escola o papel de formadora de atletas e detecção de talentos; e a aprovação de leis que permitam incentivos fiscais ao esporte, a exemplo do que ocorre na área cultural (Folha de São Paulo, 10 de outubro, 2000).

A função da educação física na escola está bem longe da formação de atletas de atletas e muito vinculada ao projeto de formação do cidadão crítico em relação à cultura corporal de movimentos. Discuto mais detalhadamente o papel da disciplina Educação Física na Escola em outros trabalhos, por exemplo, Darido (1999).

Contudo, é preciso reconhecer que, na realidade concreta, a expectativa e o status atribuídos aos professores pela participação e classificação em campeonatos é, ainda, um aspecto importante que ocorre no interior da escola. Muitos professores têm se pronunciado a este respeito relatando que por mais que se esforcem no sentido de atender a todos os alunos, desde os menos habilidosos, aos obesos, portadores de deficiência e portadores de necessidades especiais, sentem pressão—ora dos alunos, ora da direção da escola—para que obtenham bons resultados nos jogos e competições escolares, mesmo que para isso tenham que “abandonar” 500 estudantes da escola para se preocuparem com 12 “atletas”.

A educação física deve ser dirigida a todos os alunos, ensinando esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo, não só nos seus fundamentos e técnicas (conteúdos procedimentais), mas também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter na e para as atividades corporais, (conteúdos atitudinais). E, finalmente, é preciso garantir o direito do aluno de saber porquê ele está realizando este ou aquele movimento, ou seja, quais os conceitos que estão ligados àqueles procedimentos (conteúdos conceituais). Além disso, para aumentar ainda mais a complexidade da prática docente, o professor deve trabalhar nas suas aulas de educação física os grandes problemas sociais do Brasil, tais como; justiça, respeito mútuo, ética, meio ambiente, saúde pública, orientação sexual, gênero, lazer, pluralidade cultural, mídia, trabalho e consumo, relacionando com as aulas de educação física.

Na verdade, a idéia de seleção e rendimento nas aulas de educação física não foi totalmente abandonada, embora ao longo dos últimos anos tenha havido um esforço muito gran-

de por parte dos acadêmicos e também de alguns professores, no sentido de criticar e afastar esta função da escola. Por isso, não há o menor sentido em atribuir à escola o papel que parte da sociedade reclama, especialmente após importantes competições, neste caso as Olimpíadas de Sydney. Além do que, a partir da década de 70, quando o esporte e a visão de rendimento penetraram mais fortemente na escola, não foi observado um aumento proporcional do desempenho dos atletas brasileiros.

O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, vem defendendo junto ao governo federal a elaboração de leis que permitam facilitar o apoio ao esporte por empresas através de incentivos fiscais. Quanto a estes tipos de incentivos fiscais, retorna a questão de quem deve financiar o esporte de rendimento: a iniciativa pública ou privada? Se houver a diminuição da arrecadação de impostos, significa em tese, menos investimentos em outras áreas, prioritárias, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Considerações finais

Sydney buscou ser conclamada como as Olimpíadas politicamente corretas, quando procurou atender parte das exigências das organizações ambientais, resgatar o valor das minorias étnicas (exemplo dos aborígenes), ser mais rigorosa no controle do uso de anabolizantes. Na verdade, são muitos e variados os interesses que estão por trás de tais atitudes. Os principais são: limpar a imagem dos membros do COI, bastante desgastada após seguidas denúncias de corrupção de seus membros, aumentar a audiência das TVs, incrementar o consumo e a venda dos produtos, enfim, reforçar as características inerentes do esporte de rendimento.

Voltamos a questão inicial, a posição do Brasil nas últimas Olimpíadas é motivo de reclamação ou de comemoração? Dentro do atual contexto político-social do país o desempenho do país foi bastante razoável. Agora, se o objetivo das políticas públicas for melhorar o bem-estar da população e a qualidade de vida, ainda falta muito—sem dúvida, um longo caminho a percorrer.

Por outro lado, se a intenção é melhorar o desempenho do país em competições importantes e Jogos Olímpicos no sentido de elevar a auto-estima do brasileiro, o financiamento deve ocorrer a partir de investimentos da iniciativa privada, o que atualmente não ocorre. Além disso, os diferentes segmentos precisam se organizar no sentido de elaborarem políticas públicas de qualidade para o esporte do país. Neste sentido, é fundamental que ocorra o processo de moralização do país de forma geral e especificamente nos dirigentes do esporte. Neste momento estão em andamento os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os contratos da Confederação Brasileira de Futebol com a Nike, e outros aspectos do futebol brasileiro. Só para começar, seria fundamental que estes trabalhos “não terminassem em pizza.”

Referências

- Assumpção, J.C. (28 de setembro de 2000a). Guerra e paz. *Folha de São Paulo*, D6.
- Assumpção, J.C. (28 de setembro de 2000b). Tocha olímpica de 2004 deve passar por países em conflito. *Folha de São Paulo*, D6.
- Assumpção, J.C. (28 de setembro de 2000c). Coréias, após desfilarem juntas, torcem uma pela outra. *Folha de São Paulo*, D6.
- Bertolotto, R. (26 de setembro de 2000). Vigia ecológica. *Folha de São Paulo*, D14.
- Callegaris, C. (2 de outubro de 2000). Encerramento. *Folha de São Paulo*, D14.
- Cobos, P. (4 de outubro de 2000a). Erro estratégico condena Brasil Olímpico. *Folha de São Paulo*, D6.
- Cobos, P. (4 de outubro de 2000b). Comitê acusa cúpula dos EUA de omitir casos de atletas olímpicos. *Folha de São Paulo*, D6.
- Couto, J.G. (27 de setembro de 2000). Com medo de ser feliz. *Folha de São Paulo*, D6.
- Darido, S.C. (1999). *Educação Física na Escola: Questões e Reflexões*. Araras: Topázio.
- Dias, R. (10 de setembro de 2000). Tudo certo na Olimpíada do politicamente correto. *Folha de São Paulo*, D1.
- Freire, V.T. (25 de setembro de 2000). Frivolidades Olímpicas. *Folha de São Paulo*, A2.
- Souza, L. & Bueno, R. (22 de setembro de 2000). Empresas lucram ao apostar no esporte brasileiro. *Folha de São Paulo*, D9.
- Folha de São Paulo (10 de outubro de 2000). Governo federal propõe projeto para evitar novo fiasco olímpico. D6.
- Folha de São Paulo (10 de outubro de 2000). Nuzman defende incentivos discasais. D6.
- Folha de São Paulo (3 de outubro de 2000). Dá para reclamar. D1.
- Folha de São Paulo (2 de outubro de 2000). Da Olimpíada das surpresas. D3.
- Folha de São Paulo (2 de outubro de 2000). O ouro que importa. A2.

Nota do autor

Suraya C. Darido é Professora Assistente Doutora do Departamento de Educação Física - Unesp/Rio Claro.

Endereço:

Departamento de Educação Física
Universidade Estadual Paulista
Av. 24-A, 1515, Bela Vista
Rio Claro 13506-900, SP
e-mail: surayacd@rc.unesp.br